



Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -

Associada ao programa de mestrado Profletras-UPE-Garanhuns -
aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS

ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499

Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

NARRAÇÃO, GUERRA E DIÁSPORA ENDÓGENA EM VENTOS DO APOCALIPSE

Kleyton Ricardo Wanderley Pereira
(UFRPE/UAST)

Jean Paul D'Antony Costa Silva
(UFRPE/UAST)

Introdução

Diante das recentes notícias sobre o fluxo migratório de pessoas de vários países africanos e do oriente médio para o continente europeu, somos impelidos a fazer uma reflexão sobre a experiência do diásporizado na contemporaneidade. Nesse sentido, através do processo de ficcionalização, as produções literárias oriundas desses lugares se nos impõem como problematizadoras. Isso porque enquanto produtos culturais discursivos, os textos literários se articulam e negociam na (re)construção das diversas realidades a partir de interconexões e interpenetrações de um sistema de representação sociocultural em espaços heterogêneos, comunidades imaginadas, que procuram resistir ao silenciamento das diferenças culturais exercida através das diversas formas de imposição e poder cultural. Em outras palavras, a literatura denuncia as tensões na expressão da cultura, da língua e da vivência dos personagens (MATA, 2007, p.86).

No caso das literaturas africanas de língua portuguesa, a diáspora e seus desdobramentos semânticos – exílio, migração, desterritorialização, etc. -, são dos temas que mais alimentam a produção dessas escritas ficcionais. Através delas enxergamos a reação contra os paradigmas socioculturais herdados do colonialismo português e a inserção de um discurso crítico com raízes profundas na realidade social, compondo um inventário da vida africana, de como ela se reflete na formação psíquica e emocional da sociedade. Afinal, foi através da literatura que os cinco países africanos de língua “oficial” portuguesa, durante o regime em que a liberdade de expressão era cerceada pela ditadura monopartidária, transmitiu os eventos omitidos pelo discurso oficial, refletindo criticamente sobre os acontecimentos e desenvolvendo uma emergente consciência crítica de independência colonial.

No entanto, apesar dessa semelhança, é preciso levar em consideração que a experiência da diáspora é tão diversa e heterogênea quanto as demais experiências contemporâneas e passa por inúmeros períodos mais ou menos intensos de migração entre os países do grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e seus inúmeros destinos, exógenos ou até mesmo endógenos, e acontecem pelos mais variados motivos.

Diáspora e literaturas dos PALOP

A gênese dos movimentos de independência desses países está na criação, em 1946, da Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Portugal, lugar de encontro onde se origina e organizam a consciência libertadora e, na clandestinidade, são formadas as primeiras organizações políticas de combate ao colonialismo português em África – o MPLA e a

FRELIMO foram os principais partidos e Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Alda Espírito Santo estão entre as mais importantes personalidades que passaram por lá.

Na tentativa de suprimir qualquer tipo de revolta contra o regime, calando as insatisfações, e formar os quadros “intelectuais” que governaria as colônias em nome de Portugal, a ditadura salazarista criou um aparato de controle que queria impedir o florescimento de uma identidade territorial, política e cultural, bem como formar na metrópole uma classe de estudantes e intelectuais oriundos das “elites locais”, angolana, cabo-verdiana e moçambicana, principalmente, a fim de servir aos propósitos do Império. No entanto, o “tiro saiu pela culatra”: até a primeira metade do século XX, por causa da ausência de uma sociedade civil desenvolvida e o domínio do Estado e das instituições burocráticas nas mãos dos portugueses, as antigas colônias já possuíam uma forte identidade cultural e política, o que apenas cresceu com a aproximação entre os estudantes dos territórios portugueses de ultramar.

Acompanhando tais transformações sociais e políticas, a formação das literaturas dos PALOP é fruto de um doloroso e longo processo transcultural, que vai da completa alienação na qual as Áfricas de maneira geral foram imersas, passando pela libertação desse estado – onde a literatura teve um papel fundamental ao engajar-se nas raízes profundas da realidade social –, a partir dos anos 40 e 50 do século XIX, com o surgimento de um jornalismo crítico ao julgo colonial, chegando até a constituição da individualidade dos escritores, após a independência nacional, nos anos de 1970.

Nas ficções das áfricas lusófonas, as experiências migratórias são vivenciadas de maneiras diferentes e podem provocar reações as mais diversas, tanto naquele que retorna ao seu lugar de origem quanto nos que o recebem. No caso de Cabo Verde, esse sentimento de entre-lugar próprio do cabo-verdiano é revelado por Baltasar Lopes na epígrafe de seu romance *Chiquinho* que diz em crioulo: “*Corpo, qu’ê nêgo, sa ta báí; Coraçom, qu’ê fôrro, sa ta fica...*”¹ (LOPES, 1986). Pensando dessa forma, podemos tecer um pequeno esboço da presença temática da diáspora nas literaturas dos PALOP.

Na literatura angolana, o tema do retorno após longo exílio remonta à publicação da primeira obra impressa em Angola. O livro *Espontaneidades da minha alma: às senhoras africanas*, de José da Silva Maia Ferreira, de 1842, é uma coletânea de poemas típicos da época, marcado pela assimilação cultural e influência de Gonçalves Dias, principalmente no tom de saudade herdado de seu poema mais conhecido, “Canção do exílio”.

Na prosa, a diáspora é tema desde os primeiros folhetins. A obra *Nga Muturi*, de Alfredo Troni², de 1882, descreve um retrato da sociedade angolana do final do século XIX. O romance, influenciado pelo realismo queirosiano, narra a trajetória da personagem Andreza, menina “negra de cor clara”, da zona rural angolana, arrancada de sua família para servir de criada e concubina a um colono branco na cidade de Luanda, como forma de pagamento de uma dívida.

¹ “O corpo, que é escravo, vai; o coração, que é livre, fica...”.

² Alfredo Troni nasceu em Coimbra, Portugal, em 1845, mas, obrigado a deixar seu país por causa de suas ações políticas, radicou-se em Angola, onde morreu, na cidade de Luanda, em 1904. Lá procurou integrar-se à cultura local, produzindo jornais bilíngues, em português e quimbundo, e, como bacharel em direito, defendeu os nativos, o que lhe rendeu perseguições políticas por parte das autoridades portuguesas em Angola. É considerado um dos pioneiros da narrativa angolana e um dos autores fundacionais na formação do romance angolano, junto com António de Assis Júnior, Óscar Ribas e Castro Soromenho (CHAVES, 1999).

As gerações seguintes também trarão o desenraizamento diaspórico como um dos temas que alimentam sua produção. Assim, à guisa de curiosidade, é possível citarmos rapidamente: da geração *Bailundo*, Inácio Rebelo de Andrade, e a poesia de Ernesto Lara Filho; do grupo de renovação literária após a década de setenta, Manuel Rui, em parte de sua produção poética no exílio em Portugal, durante a década de 60, e em prosa *O regresso adiado* (1974) e *Rio Seco*, de 1997 - este último narra a história de um casal de refugiados de etnias diferentes que fogem para uma fictícia ilha ao norte de Angola, longe da violência que dilacera o continente.

O arquipélago de Cabo Verde é o mais diaspórico das Áfricas lusófonas³. Sua própria formação denuncia o caráter crioulo dos espaços diaspóricos: as ilhas, a princípio inabitadas, foram colonizadas por povos de diversos lugares e etnias e seus habitantes entregues ao processo de amalgamento racial e cultural. Talvez por esse motivo, e por outros de caráter climático, o impacto do colonialismo não tenha sido tão drástico, impulsivo, violento e dramático como nos outros países que compõem o PALOP – embora Portugal tenha criado condições bem peculiares para o surgimento de uma elite intelectual, da imprensa e da literatura em Cabo Verde. É só observarmos rapidamente os títulos das obras e dos poemas dos escritores caboverdianos para termos uma ideia do quanto a diáspora é uma quase obsessão e o apelo da distância muito forte para quem vive nas ilhas: “Hora di bai” é o título de um famoso poema de Eugênio Tavares, como também de um romance de Manuel Ferreira; “Terra longe”, poema de Pedro Corsino; “Caminho longe”, título homônimo de poemas de Ovídio Martins, Onésimo da Silvera e Gabriel Mariano; *Cais de ver partir*, romance de Nuno Miranda; *Viagem para além da fronteira*, de Teobaldo Virgínio; entre inúmeros outros.

Merece destaque a curtíssima produção literária de Orlanda Amarílis. A autora recorre ao tema para ecoar, através das personagens, especialmente as femininas, o sentimento doloroso de desgarramento da terra-mãe (ou madrasta, muitas vezes), com o problema do desemprego e das condições climáticas; e a difícil situação do imigrante na ambiguidade em relação ao exílio, marginalizados, e submetidos a uma sociedade onde representam a força de trabalho barata, bem como as violências sofridas pela radical diferença cultural enfrentadas entre eles e os habitantes locais.

Na literatura bissau-guineense, as condições de vida do migrante no estrangeiro são o tema de Filinto de Barros no romance *Kikia Matcho*, cuja personagem homônimo sofre as consequências de quem, deixando seu lugar de origem, vai à metrópole à procura de uma vida melhor.

Semelhante à formação da sociedade angolana, em Moçambique uma elite mestiça que aos poucos se apoderou do poder e foi um fator importante na emergência de uma literatura que atravessa as fases do colonialismo artístico e atinge sua maturidade no pós-guerra. Mas só a partir da década de 60, coincidente com os primeiros anos de guerrilha, a literatura moçambicana apresenta um acentuado desenvolvimento. Nesta década são publicadas as obras *Nós matámos o cão tinhoso* (1964), de Luís Bernardo Honwana, e o *Portagem* (1965), de Orlando Mendes, produções literárias que documentam a opressão do colonizado e se situam no contexto de discriminação racial e econômica que se vivia na então colônia lusa.

Após a independência, surgem novos autores ao redor da revista *Charrua*, fundada em 1984, que permitiu o desenvolvimento de novas práticas de escrita na prosa e na poesia.

³ Só para se ter uma ideia geral sobre esse fenômeno, é bem maior o número de caboverdianos no exterior do que nas próprias ilhas do arquipélago.

Esta geração procurava eliminar as dicotomias existentes entre o mundo moderno e a tradição, entre a literatura e a oralitura, e outros temas dicotômicos muito característicos do ranço colonial. Em meio a essa geração de intelectuais, destaca-se a produção literária de Lília Momplé, Lina Magaia, João Paulo Borges Coelho, Mia Couto e Paulina Chiziane. Neles estão presentes os ecos das tradições moçambicanas e as novas vias estéticas importadas da metrópole, entre o conto e o romance.

Nesse contexto de produção, o romance *Ventos do apocalipse*, de Paulina Chiziane, por exemplo, contrasta com o exotismo tão esperado pelos leitores acostumados com as narrativas da “África profunda” e apresenta uma narrativa densa, na qual o sofrimento provocado pela seca, pela guerra e pelos fantasmas interiores dos protagonistas do livro forjam um texto que prende o leitor pela força do trágico em suas páginas. Assim, as personagens são forçadas a um grande êxodo em função, principalmente, das guerras civis travadas entre os grupos do governo e as milícias de oposição. Passemos à análise do romance.

Narração, guerra e diáspora endógena

Primeira romancista moçambicana, Paulina Chiziane se define como uma contadora de histórias, inspirando-se, pela força da tradição oral de narrar o universo africano, nos contos à volta da fogueira. Nas suas obras, a autora problematiza a situação da mulher num país e seus micro-espacos divididos entre práticas socioculturais distintas, mas marcadamente patriarcais, lançando um novo olhar sobre Moçambique. Assim, as personagens femininas ganham lugar de destaque em seus romances, minimizando a invisibilidade da mulher moçambicana, através de uma narrativa de memória coletiva oral que mescla constantemente elementos míticos, lendas, ritos e crenças da tradição oral e a herança escrita da literatura europeia.

Ventos do Apocalipse foi o segundo romance publicado pela autora, em 1993. A obra nos transporta ao espaço apocalíptico de Moçambique durante o período da guerra civil que assolou o país entre o período de euforia pós independência (1975) e o acordo de paz entre a FRELIMO e a RENAMO (1992). Dessa maneira, inseridos num cenário mórbido de seca, guerra e sofrimento, os personagens procuram reconstruir suas vidas através do resgate da tradição cultural ancestral que, embora contaminada pelos anos de exploração e assimilação dos valores coloniais, ainda permanece arraigada na estrutura da sociedade moçambicana. Esse resgate se dá através de um processo coletivo onde as personagens de identidades marginalizadas, participam igualmente, sobrevivendo às mazelas de um país em ruínas, preservando, assim, a dignidade de todos.

No romance, nos deparamos com dois processos narrados em paralelo: o dos habitantes de Mananga e o da protagonista, Minosse. Esposa de Sianga, régulo da aldeia, ela é a única das mulheres que não o abandona nos tempos de fome e miséria. Única voz feminina não silenciada, é ela quem conta a história da aldeia a partir de sua perspectiva e, construindo sua própria identidade, tenta repassá-la para as mulheres do futuro. Vemos que, nesse contexto de guerra civil, as personagens femininas representam a força da mulher frente às dificuldades.

Mesmo apresentando uma perspectiva através da ótica feminina, as heroínas do romance não propõem o rompimento com uma sociedade patriarcal e misógina, o que seria de se esperar, mas, pelo contrário, propõem que haja uma relação de interdependência e complementaridade com o universo masculino. Acerca do romance *Ventos do Apocalipse*, Shirlei Campos Victorino (2007, p.353) diz:

As metáforas de fronteira de que se utiliza a autora atuam como afirmação da interioridade, de um espaço periférico no interior do País, permitindo pôr em xeque as lógicas hegemônicas de um Estado pretensamente centralizado, cabendo ressaltar que, hoje, em Moçambique, o conceito de nacionalidade passa pelo conceito de territorialização.

[...] Assim, manifesta-se neste livro as estratégias discursivas e performativas que têm por objetivo apresentar/discutir um país de diferenças, tanto culturais quanto étnicas. Neste sentido, essas práticas discursivas rechaçam as ideologias colonialistas, abordando outras textualidades que problematizam a representação, o sentido, o valor, o cânone, a universalidade, a diferença, o hibridismo, a etnicidade, a identidade, a diáspora, etc., no intuito de mapear diferentes formas de conhecimento da realidade, como forma de gerir os novos rumos da narrativa moçambicana.

O retrato da guerra civil moçambicana é narrado por meio da peregrinação dos personagens que, na busca por um *locus amoenus*, fogem constantemente do *locus horribilis* em que vivem. Diante do cenário apocalíptico eminente, ninguém pode permanecer na aldeia devastada – uma vez que a situação é a mesma em todo o território, pois outros fugitivos encontram-se em situação igual. Partir é uma imposição urgente.

O excerto a seguir, traduz as dificuldades de quem tem de deixar a terra por força do clima hostil e das constantes guerras que impulsionam todos a migrarem de seus lugares, numa diáspora endógena que parece não ter destino nem hora da chegada.

A guerra penetrou em Mananga. Já se ouvem rumores da guerra em Macuácuá, mas ultimamente os roquetes de bazucas e rajadas de metralhadoras aproximam-se de Alto Changane. Já se ouvem notícias de composeses mortos e capturados. O momento é de dificuldades. Quem escapa da fome não escapa da guerra; quem escapa da guerra é ameaçado pela fome. Os jovens arrumam a trouxa e partem. Os velhos, as mulheres e as crianças ficam. (CHIZIANE, 1999, p.58)

Esta visão contraria o desejo de *homeland* como o local para o qual se deve voltar, uma vez que a terra não é mais vista de forma nostálgica. A experiência de sofrimento vivenciada pelas personagens, e as rápidas mudanças no cotidiano dos seus lugares de origem, excluem qualquer possibilidade de acolhimento com o qual eles possam se identificar política, cultural, ideológica, social e afetivamente. Até porque os que permaneceram ficaram por força de não poder emigrar. São eles: velhos, doentes, mulheres e crianças.

Tanto a guerra colonial quanto a civil trouxeram grande devastação para o território moçambicano, levando seus habitantes à fuga premente. Seus primeiros sinais foram anunciados em 1960, com o massacre de Mueda, quando um grupo de camponeses foi dispersado a tiros pelas autoridades administrativas locais. A partir de então começam as tensões entre os militares portugueses e o grupo de guerrilheiros da FRELIMO, intensificando-se a partir de 1965.

Uma das estratégias dos portugueses para o combate às forças de resistências estava justamente no recrutamento de mercenários que, aproveitando as rivalidades existentes, utilizavam as forças locais para a conquista territorial (CABAÇO, 2009, p.250). Com o fim da guerra colonial após o 25 de abril, iniciaram-se as tensões entre a RENAMO e a FRELIMO, polarizadas entre os dois blocos econômicos existentes na época: capitalismo e socialismo, respectivamente. Os efeitos dessas tensões seriam sentidos durante os quinze anos de guerra civil: mais de um milhão de mortos e quatro milhões de moçambicanos desterritorializados.

Os quase trinta anos (de 1965 a 1974 Guerra de Independência; e de 1977 a 1992 Guerra Civil) sob o flagelo da fome, da morte e do terror estão personificados em *Ventos do*

Apocalypse pelos quatro cavaleiros do juízo final. No romance de Paulina Chiziane, é possível vermos a tensão se formando em torno da aldeia de Mananga, preconizando, gradativamente, a chegada da destruição e da guerra.

O êxodo aumenta em Mananga, Sianga está bem informado sobre isso. O amor é uma fantasia inventada pelos homens, não existe e nunca existirá, isso é claro e evidente. No passado, os homens organizaram exércitos e mataram-se por amor à terra, em defesas do território, da soberania, e agora que a coitadinha já não tem nada, deu tudo o que tinha a dar, foi terrivelmente sugada, os homens abandonaram-na porque está na desgraça. Os mais fortes foram trabalhar nas minas das terras do Rand e um dia voltarão com motorizadas, bicicletas e roupas baratas para aliciar as mulheres da terra. As mulheres mais jovens foram para os subúrbios das cidades vender a sua honra em troca do pão, fazendo reviver, subtilmente, os antigos centros de prostituição já banidos pela lei. (CHIZIANE, 1999, p.70)

Na fuga em busca de melhores condições de vida, cada um busca o destino conveniente às suas condições – alguns fogem para as minas nas terras do Rand, homens robustos, outros para os subúrbios das cidades reavivando os antigos prostíbulos, mulheres jovens. Privadas de seus locais de origem, as pessoas partiam, deixando a família e a comunidade, à procura de outras aldeias onde acreditavam ter segurança e melhores condições de vida. No período da guerra civil, Maputo representava o oásis de segurança e fartura para as pessoas oriundas das regiões rurais, mais afetadas pela violência e saques das milícias e outros grupos paramilitares.

O ambiente de guerra em que as personagens se lançam ao êxodo mostram uma parcela aterrorizante e sem eufemismos de uma guerra cruel e violenta. Vemos, dessa forma, um universo em que o ambiente e os homens sofrem paulatinamente com a destruição provocada pela seca e pela guerra (ADÃO, 2007), destituindo os personagens de sua humanidade e, devido à guerra, à fome e à destruição, transformando-os em feras que, por um lado, procuram sossego como cães farejam os caminhos da tranquilidade, e por outro, procuram defender seu território a todo custo de forasteiros que invadem suas terras, saqueiam sua comida e atraem doenças das mais diversas. O excerto abaixo é longo porém necessário para ilustrar o caos e a miséria que tomou conta da aldeia de Mananga com a “invasão” dos habitantes da destruída Macuácuca.

Em Macuácuca a guerra é quente, dizem. Fica distante de Mananga, mas não tão distante, sendo necessário apenas uma manhã de marcha para se chegar lá. Os que escapam da guerra procuram refúgio, procuram sossego, seguem o mesmo trilho que os cães quando estes farejam os caminhos da tranquilidade. Chegam a Mananga em cardumes. Primeiro foi uma família, depois outra, e outra, agora são centenas. Estão aglomerados como porcos no canto norte da aldeia. [...] A chegada dessas pessoas de Macuácuca é uma agressão, uma invasão, e causa revolta em todos os habitantes de Mananga. A recepção é hostil e as atitudes fratricidas. O nosso povo sente o desejo louco de defender o território à força de ferro mas as autoridades impõem-se, malditas autoridades. Deixaram esses forasteiros fixar-se no nosso solo, nesta terra tão pobre e tão seca. Vieram apenas para roubar-nos os alimentos, a paz e o sossego com os seus problemas. Mas onde se escondeu a nobreza desse povo? Que tipo de gente é essa capaz de abandonar a terra, os haveres, os túmulos dos antepassados por temer um conflito? As guerras existiram em todas as gerações. Eles deviam lutar e resistir, expulsar os invasores como fazem todos os povos. São um bando de cobardes, sim, em vez de mostrarem o que valem, preferem transferir os seus problemas para outra gente. A nossa terra está pobre, não tem alimentos para dar aos habitantes, como é que vai poder sustentar estes medricas que nem conhecem a lição da gratidão? Estes renegados causam-nos prejuízos. São ímorais e estão a semear

hábitos malignos no nosso meio. À noite invadem os nossos celeiros e rapinam as nossas aves. Até temos medo de cozinhar durante o dia. O cheiro da comida atrai essas moscas que invadem as nossas casas e não as abandonam enquanto não se lhes dá um colher de comida. Se vissem as choças onde dormem! Sem jeito. Sem forma. Sem estética. Apanham ramos de qualquer árvore para fazerem o abrigo. Depois metem a palha de qualquer maneira. Com tantas estacas a morrer nos campos eles preferem viver assim. São inúteis. Preguiçosos. Uma raça sem dignidade. É degradante. Nojento. As nossas galinhas, os nossos patos, têm melhor abrigo do que eles. Estão maltrapilhos, estão nus, alguns estão enrolados em sacos de serapilheira. A sarna deles é pior do que a nossa. As moscas brincam sobre as feridas das suas crianças sujas, podres, malcheirosas, remelosas, ah, que repelente, essa gente de Macuácuá. (CHIZIANE, 1999, p.109-10)

Nesse contexto hostil– alegoricamente remetendo à situação vivida pelo país durante os anos de sua história recente -, as personagens mostram-se desorientadas, fruto de uma inadaptação às novas condições de existência, “provenientes da guerra civil, agravadas por uma organização política e administrativa incapaz de gerir as enormes dificuldades herdadas do regime colonial” (AFONSO, 2004, p.389). Na esperança de encontrar uma saída para a situação aporética, desesperados no cenário de guerra, anseiam por chegar à aldeia do Monte, espaço do *locus amoenus*, horizonte geográfico utópico, onde todos ainda podem saciar uma resistente vontade de (sobre)viver.

Mas dizem que a vida é bela do lado de lá. Dizem que o céu é mais azul e as nuvens verdadeiras. Do lado de lá, a floresta é pasto, come-se pão de qualquer bananeira, de qualquer papaeira. Dizem que cada arbusto é fonte, bebe-se seiva de palma, de cana e de caju. Do lado de lá há sorrisos e risos e os cansaços repousam no regaço de terra, dizem.

O povo de Mananga rasga o aro e salta. Rasga o universo do ovo com a coragem do pinto ao vigésimo primeiro dia, a vida é mais verdadeira do lado de lá. Desenham no ar novos caminhos, canoa no mar da tempestade seguindo rotas planeadas pelos caprichos de vento.

O sol está no meio do céu e os aldeões já estão prontos para a partida. Os de Macuácuá não concordam com a hora. [...]

[...] Partem. Os que vão têm o espírito leve para partir, não perderam nada nem ninguém. O desgosto que os abate é desgosto alheio porque não sentiram bem a fundo o abalo da morte.

A partida tem sabor a areia solta, a sede, a poeira seca, o Sol é demasiado forte e o calor destila. [...] (CHIZIANE, 1999, p.147)

O horror da guerra iminente exprime seu caráter apocalíptico através da descrição de um espaço que hora ilude, na esperança/incerteza de futuro em algum lugar longe dos perigos que assolam o país, hora torna-se ameaçador na constante travessia dos personagens que deambulam esgueirando-se pela noite na mata hostil. Até aqueles de quem se esperam grandes feitos de sua liderança, como é o caso de Sixpence, um dos poucos personagens masculinos com destaque, “integram um fresco de heróis problemáticos, representando a sociedade à deriva”. (AFONSO, 2004, p.391).

Olham para todos os lados e identificam: uma terra nova com gente nova, o que significa uma vida nova, o recomeço de tudo. E divagam no mar da incerteza, da insegurança, talvez o dia de amanhã seja mais amargo do que o de ontem ou de hoje. Não falam. Olham-se apenas. Guardam um silêncio pesado, profundo, porque estão no velório da sua própria tristeza. À sua volta a natureza vibra em mais um ritual de saudação ao sol enquanto os raios de luz penetram deleitosos nas profundidades das águas do riacho. O vento corre. As folhas caem e as que se deitam no riacho flutuam

sob as minúsculas vagas e deixam-se embalar porque caminham para o apodrecimento total. (CHIZIANE, 1999, p.193)

Após longa jornada descortinando as trevas apocalípticas de seu desterro, o grupo finalmente chega ao Monte, a terra-sonhada, onde podem finalmente recomeçar suas vidas. Lá o grupo recebe abrigo e alimento. Posteriormente, a aldeia é destruída pelas chuvas. A descrição da natureza anuncia, mais uma vez, um ambiente sombrio de destruição e morte: “um manto negro cobre o céu da aldeia, a noite invade novamente os destinos dos homens. O espectro da morte executa a dança macabra e os aldeões assistem, impotentes.” (CHIZIANE, 1999, p.233). A única solução é esperar pela ajuda humanitária vinda, principalmente, da Europa e da América. Apesar de vista com desconfiança pelos mais velhos, os mais novos esperam aqui pela esmola, transformada em moeda neocolonial

A chegada na nova terra provoca também o afastamento da tradição e, simbolicamente, dos valores culturais. Os antepassados são culpados de terem abandonado o povo às agruras da guerra. “Os mortos devem ser esquecidos” (CHIZIANE, 1999, p.264), diziam os mais jovens. “Os mortos vingar-se-ão” (CHIZIANE, 1999, p.267), diz o adivinho Mungoni ao realizar uma análise da história de Mananga e da situação atual em que todos se encontravam. Por isso, com a reconstrução da aldeia através dos recursos oriundos da filantropia, a religião cristã torna-se, lentamente, numa alternativa para as antigas tradições religiosas. Mais uma vez, os efeitos da ação colonial alteram o destino dos personagens, favorecendo a ação destrutiva do espaço, pois, no dizer de Memmi (2003, p.117), “conversion of the colonized to the colonizer's religion would have been a step toward assimilation.”⁴

No final do romance, a insegurança pressentida na nova aldeia dá lugar a uma cena que privilegia o escatológico, cenário de horror que se instala na descrição sombria de um “céu de cinzento-negro” que anuncia o retorno dos cavaleiros do apocalipse.

Descem do Poente os cavaleiros do Apocalipse. São dois, são três, são quatro, o povo inteiro cava sepulturas. O quarto, o terceiro e o segundo já aterraram. O primeiro está quase a aterrar. O seu cavalo reverbera no Céu ofuscando a vista, gira, balança-se, rodopia, gíngua, toma a posição de aterragem, os pés do cavalo estão a um milímetro do chão, o cavaleiro nobre sorri satisfeito, Deus, tende piedade deste povo inocente! Perante o espanto do galhardo cavaleiro, o cavalo encolhe os pés, bate as asas para o alto e sobe, sobe, acabando por ficar suspenso nas nuvens. E a aldeia do Monte recebe o seu baptismo de fogo. (CHIZIANE, 1999, p.273-5)

Remetendo a uma estrutura circular, a narrativa fecha com a traição de uma das personagens, Emelina, a volta dos cavaleiros do apocalipse e a destruição da aldeia do Monte. No romance, Emelina assassina os próprios filhos para fugir com o amante. Insatisfeita com o fato de ter que dividí-lo com outras duas mulheres, pede para ele matá-las. Depois de perceber que cometeria um crime atroz, o amante a abandona. Revoltada, infeliz e, por fim, enlouquecida, Emelina jurava se vingar do povo da aldeia. Assim, acompanhada pelo seu ódio, ela conduz todo povo da aldeia ao juízo final.

Uma figura andrajosa projecta-se no ponto mais alto do Monte, todos a vêem: Emelina! Emelina esboça um sorriso nunca visto e ri, ri, até perder o fôlego. A força do riso esgota-lhe as forças. Ajoelha-se. Ri. A violência do riso deprende-lhe a bexiga e a urina liberta-se molhando as pernas e o chão. Continua a rir e peida de tanto riso. O esfíncter do ânus é mais forte mas também acaba desorientado, as fezes

⁴ Tradução minha: “a conversão do colonizado à religião do colonizador teria sido um passo em direção à assimilação.”

líquidas abandonam o continente, correm pelo traseiro, pelas pernas, pelo chão, Emelina perde o domínio completo de si, cai, rebola sobre os seus excrementos e ri um riso que não acaba e que fica marcando nos corações dos homens, cujo eco ainda continua a ouvir-se nos céus do Monte.

[...] Cai. Levanta-se. Cambaleia. Volta a correr e borra-se de fezes, de urina e de sangue, a bala acertou em Emelina pelas costas, perfurando a mão e o filho. O padre corre, cai e corre. Emelina já não se ri, delira, agita-se na última agonia. O padre sente uma forte vertigem, cai e descansa, o roquete de bazuca decepou-lhe a cabeça loira. O povo em debandada grita em nome de Emelina. Chora em nome de Emelina. Sucumbe debaixo do fogo da traição de Emelina. Foi ela quem conduziu a fogueira que incinerou a vida, acabando também queimando-se nela, foi ela e não outra e nós a pensarmos que era doida, ó gente! (CHIZIANE, 1999, p.274-5)

Por fim, as páginas finais do romance remetem à desolação, permeada pela fome e pela guerra, num ambiente de extrema miséria material e espiritual, durante o longo período de guerra civil em Moçambique.

Conclusão

Em *Ventos do Apocalipse*, de Paulina Chiziane, acompanhamos a saga de um grupo de refugiados que procura incessantemente escapar dos horrores da guerra civil na busca de um lugar onde possam recomeçar a vida. A esse respeito, Inocência Mata (2003, p.58) afirma que a obra funciona “com uma lógica antiépica que acaba por referenciar os ideais agônicos da revolução e do nacionalismo (...) através do despertar de vozes e memórias que na utopia político-social não tinham lugar”.

No romance, o espaço, como um elemento de mal presságio, anuncia paulatinamente a chegada do apocalipse, impelindo um grupo de excluídos – mulheres, crianças e velhos, e alguns poucos homens – a fugirem constantemente, numa diáspora endógena onde os personagens deambulam, numa estrutura circular, em um ambiente hostil e ameaçador, em direção a um inevitável apocalipse.

Na busca por um recomeço, iludidos pela utopia de um *locus amoenus* e a ilusão de poder fugir da guerra e da morte, eles se encontram ao final do romance com um ambiente de total miséria que devastou o país inteiro durante o período da guerra civil.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Deolinda M. “Novos espaços do feminino: uma leitura de *Ventos do Apocalipse* de Paulina Chiziane”. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007. p.199-208.

AFONSO, Maria Fernanda. *O conto moçambicano: escritas pós-coloniais*. Lisboa: Caminho, 2004.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHIZIANE, Paulina. *Ventos do apocalipse*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

LOPES, Baltasar. *Chiquinho*. São Paulo: Ática, 1986.

MATA, Inocência. “A condição das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns”. In.: VAZ LEÃO, Ângela (Org.). *Contatos e Ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*, Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003. p.44-72.

_____. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

MEMMI, Albert. *The colonizer and the colonized*. London, UK: Earthscan, 2003.

VITORINO, Shirlei Campos. “A geografia da guerra em Ventos do Apocalipse”. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007. p.351-364.